

Emissão de US\$ 7,1 bilhões em IDU e pagamento de atrasados criam otimismo

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

O governo brasileiro e o comitê assessor de bancos anunciaram na sexta-feira a emissão de US\$ 7,1 bilhões em bônus de juros Idu, sigla em inglês para juros devidos e não pagos pelo País em 1989 e 1990. O Brasil igualmente pagou em dinheiro US\$ 860 milhões de juros atrasados que estavam retidos desde janeiro passado.

Além disso, a comissão de economia do Senado vai examinar na próxima quinta-feira o Plano Brady de redução da dívida externa de cerca de US\$ 44 bilhões do País com os bancos comerciais estrangeiros. O chefe da equipe brasileira na negociação do acordo, Pedro Malan, embarca para Brasília na terça-feira.

"No conjunto, esses dois desdobramentos demonstram a seriedade do governo brasileiro na regularização de suas relações com a comunidade bancária internacional", afirmou o vice-presidente do conselho do Citibank, William Rhodes. "Concordo inteiramente com a declaração de Bill Rhodes", disse Malan a este jornal, num telefonema de Washington.

BOAS NOTÍCIAS SEM REGISTRO

As informações foram saudadas com entusiasmo por alguns banqueiros internacionais. "O ano de 1992 tem sido muito difícil para os bancos, e esse dinheiro e os bônus Idu representam uma das melhores e mais importantes notícias para o balanço da comunidade bancária internacional", ressaltou Antônio Carlos Simões Corrêa, o diretor executivo do Banco Holandês, subsidiária do ABN — Amro de Amsterdã, em São Paulo.

Ele nota com desgosto que uma boa notícia como essa não foi registrada pela imprensa brasileira no dia, ao contrário de tantas más

notícias sobre o País, que estão sendo publicadas com destaque. Ao saber do teor das declarações de Simões Corrêa, Malan ficou surpreso: "Que bom que alguém esteja vendo isso, e de um banco estrangeiro", afirmou.

Lembra Simões Corrêa que as boas notícias de sexta-feira não se esgotam na melhora dos balanços dos bancos estrangeiros. "Depois da aprovação pelo Senado do aumento na emissão dos Idu, do pagamento e da emissão dos bônus, a aprovação de 95% dos bancos credores ao Plano Brady do Brasil tornou-se praticamente uma certeza", argumenta.

Martin Schubert, o presidente da Eurinam, instituição pioneira no mercado secundário da dívida dos países em desenvolvimento, está de acordo. "Temos que dar ao governo Itamar Franco uma chance de funcionar, e isso significa um prazo de pelo menos 90 dias", pondera. "Depois desse período mínimo é que teremos uma visão melhor a respeito desse governo e de sua capacidade de melhorar a situação do Brasil ou de dar uma quinada para a esquerda", acrescenta.

Itamar Franco, na visão de Simões Corrêa, não é enigmático, é apenas "um presidente interino. E nessa condição, não quer se comprometer com decisões polêmicas. Mas seu governo não cometeu grandes erros. A equipe econômica pode não falar inglês, porém não tem dito bobagens em português. O programa de treze pontos do ministro do Planejamento, Paulo Haddad, é positivo. Não haverá choque heterodoxo, o que é bom".

A suspensão da privatização da Ultrafertil, na perspectiva de Martin Schubert, não é o fim do programa de privatização, "até porque não havia ofertas pela empresa". E Simões Corrêa chega ao pon-



William Rhodes

to de lembrar que mesmo a proibição do aumento de tarifas públicas de acordo com a inflação, que provocou um susto no exterior, tem um lado positivo:

AUMENTO DE EFICIÊNCIA

"As empresas estatais estavam simplesmente atualizando seus preços de acordo com a inflação, sem procurar controlar os custos. O que este governo disse é para as empresas atualizarem os preços de acordo com seus custos e não com a inflação. A exigência pode levar a um aumento de eficiência, e isso é bom", ressalta ele.

Nem todos concordam com esse ponto. "Antes da gestão do ministro Marcílio Marques Moreira, as tarifas públicas estavam sendo reajustadas abaixo da inflação, e isso não melhorou a eficiência das empresas estatais", lembra Ana Wong, vice-presidente no banco suíço Socimer.

Mas Simões Corrêa tem outros motivos para registrar otimismo com o Brasil: "O saldo da balança comercial no ano passado foi significativo. As exportações vão superar US\$ 35 bilhões. As reservas passaram de US\$ 23 bilhões. O acordo com os bancos está praticamente certo".

Um diretor gerente do Chase Manhattan Bank em

Nova York, Joseph Boyle, reconhece que esse é um bom ponto: "Mostra que em termos de capacidade de pagamento do Brasil, os detentores de seus bônus podem se sentir confortáveis. Os que estão pessimistas com o País duvidam da capacidade ou do desejo do presidente Itamar Franco de aprovar a reforma fiscal no Congresso".

SINAIS NA DIREÇÃO CONTRÁRIA

Ana Wong vê a mesma situação de um outro ângulo. "É verdade que todos esses fatores são positivos. Mas o fato é que resultam de políticas econômicas anteriores. O que está acontecendo agora é que o presidente Itamar Franco está emitindo sinais na direção contrária", nota ela.

No entanto, Simões Corrêa insiste em que "o mercado está se concentrando no noticiário político, quando os fatos reais da economia brasileira não são negativos. Negativa é a situação da Argentina, que tem problemas para manter a paridade do dólar com o peso, ou do México, que tem que administrar um déficit de US\$ 13 bilhões na balança comercial deste ano".

Quanto à reforma fiscal, Schubert acredita que "Itamar Franco vai passá-la no Congresso. O presidente vai cooperar com o Congresso, que tem responsabilidade para com este governo, porque o criou. E isso facilitará a aprovação do Plano Brady e a continuidade do programa do País com o Fundo Monetário Internacional (FMI)".

Entim, Simões Corrêa lembra que o governo acaba de ganhar no Supremo Tribunal Federal (STF) a discussão jurídica sobre o Finsocial, que vai representar US\$ 7 bilhões no caixa do governo e, portanto, reduzirá o tamanho do déficit. O novo imposto sobre operações financeiras, só para comparação, dará uma receita de US\$ 10 bilhões.